

“Carreira docente em xeque”, e GT-AD não aparece para debater!

O debate “Carreira docente em xeque”, organizado pela Adusp e realizado no Anfiteatro da História em 12/8, foi concebido como uma ocasião em que a categoria docente pudesse cotejar as posições da Adusp e as do Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD), tendo como objeto de discussão o documento “Propostas Iniciais sobre Valorização da Docência e Avaliação”, apresentado pelo grupo criado pela Reitoria (e oficialmente encaminhado, em junho, para debate nas unidades). Mas isso não foi possível: o GT-AD não compareceu ao debate.

No início do evento, a professora Elisabetta Santoro, vice-presidente da Adusp, explicou que a entidade convidou a Reitoria oficialmente em 28/7. Reiteradamente procurou resposta que só foi dada poucas horas antes do evento pelo professor Osvaldo Nakao, chefe de gabinete. Como justificativa, disse que Ricardo Terra, presidente do GT, teria aula neste horário.

Vale lembrar, ademais, que o GT é composto por 24 docentes de diferentes unidades, portanto poderia ser representado no debate por qualquer outro componente.

Elisabetta também informou ao plenário que diversos convites anteriores da Adusp ao GT-AD, para realização de debate, foram sistematicamente recusados. O primeiro deles foi enviado em 26/6/14, para um debate que seria realizado em 4/7/14, “e recebemos uma resposta do professor Ricardo Terra, que dizia achar prematuro o encontro naquele momento, porque o GT ainda estava em pleno curso de trabalho”. Novos convites foram encaminhados por meio de ofícios em 21/7/14 (este, rejeitado pelo presidente do GT em 1º/8/14) e 29/10/14 (o qual permanece sem resposta).

A cada 5 anos... A primeira mesa, “Relatório do GT-Atividade Docente: valorização ou desmonte da carreira?”, contou com exposição do professor Ciro Correia (IGC), que iniciou delineando o

contexto no qual o GT-AD se constituiu e desenvolveu suas propostas — após declarações do atual reitor, feitas logo no início da gestão e durante a greve de 2014, depreciativas do RDIDP.

Ciro criticou a ideia, constante do documento do GT-AD, de avaliação quinquenal de todos os docentes, vinculada à possibilidade de mudança de regime de trabalho, por ser “tão ao sabor de uma avaliação que visa a punir aqueles que não correspondem às expectativas de um processo de avaliação no qual a Reitoria nunca definiu o que se pretende e com qual objetivo se pretende avaliar”. A avaliação, disse o professor, precisa ser feita com parâmetros definidos, em ambiente democrático e com controle do corpo da universidade sobre como o procedimento é feito e a que finalidade deve conduzir.

O GT-AD sugere a integração da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) a outras duas: Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA). Mas, para Ciro, a integração seria ineficiente para desconcentrar o poder da CERT, já que as três comissões são compostas por membros escolhidos “a dedo” pelo reitor. E perigosa, já que a USP possui uma estrutura de poder arcaica e permeada por conflitos de interesse.

Novos regimes? O GT-AD propõe a criação de um “Regime de Tempo Integral” (RTI) com 40 horas semanais, portanto sem dedicação exclusiva à universidade, e de um outro regime que consolide o atual Regime de Turno Completo (RTC) com jornada de 32 horas. Ci-

ro relatou que um membro do GT-AD, que também integra a Congregação da Faculdade de Medicina (FM), declarou que em várias áreas existem pessoas que não podem estar em RDIDP porque é importante manter o vínculo profissional ou os interesses pessoais (como manter um consultório); e que, ao mesmo tempo, o RTC não é atrativo do ponto de vista financeiro, sendo esse um argumento para que o GT-AD propusesse o RTI.

Após mencionar o fato, Ciro perguntou: “E o RTI? Será atrativo do ponto de vista financeiro? Os salários da USP, para quem se dedica só a ela, são atrativos? Se a questão é ter um salário compatível com o RTC, é essa questão que precisa ser tratada. Se é melhor ampliar o número de horas do RTC, essa questão pode ser tratada. Agora, escamoteia-se essa questão e cria-se um regime de trabalho que — quem o conhece em outras instituições, sabe — está direcionado à burla. Porque não é possível que uma pessoa se dedique, de fato, 40 horas semanais a uma instituição pública e mais 20 ou 30 horas semanais a outra atividade profissional”.

Quanto à movimentação na carreira, o GT-AD mantém a progressão horizontal, mas sugere que seja vinculada à avaliação quinquenal do docente. O documento propõe que se o docente tiver desempenho considerado “excepcional” seja agraciado com a progressão horizontal, ao passo que, se o desempenho for considerado insatisfatório, “poderá ter seu regime de trabalho alterado”, implicando rebaixamento salarial.

“De modo absolutamente ilegal,

a USP transfere alguém do regime de experimentação do RDIDP para RTP ou RTC. Isso fere a estabilidade no emprego, fere o princípio constitucional da irredutibilidade nos salários, fere o pressuposto e o princípio de que o servidor público, para ter isenção na condução da sua responsabilidade pública, precisa ter estabilidade no cargo e irredutibilidade de salário”, finalizou o professor.

Papel do RDIDP. A segunda mesa, “A importância do RDIDP para a qualidade de ensino, pesquisa e extensão”, contou com exposição do professor Otaviano Helene (IF), que colocou em destaque a grande importância do RDIDP para a produção científica na universidade pública. Para Otaviano, a existência de docentes em RDIDP na USP cumpre um papel social, cultural e econômico importantíssimo nas sociedades paulista e brasileira e na própria universidade. O tema foi desenvolvido por ele em artigo elaborado a pedido da Adusp (<http://goo.gl/YZignf>).

Otaviano sustenta que a USP precisa ampliar e não reduzir o quadro de docentes em RDIDP. “Caso o plano da Reitoria de diminuir o número de pesquisadores em regime integral se concretize, através do rebaixamento de regime e da contratação de professores inicialmente em RTP, estaríamos caminhando para uma direção inversa àquela que deveríamos trilhar, tornando preocupante a futura situação das condições de trabalho e salário dos docentes da USP, prejudicando a já deteriorada estrutura acadêmica da universidade”, destacou o professor do IF.

Audiência Pública na Alesp

Plano Estadual de Educação (PL nº 1035/15)

atualização da Proposta da Sociedade Paulista de 2003

Professor João Zanetic (IF-USP) • Professor Vicente Rodriguez (FE-Unicamp)

Quarta-feira, 26/8, às 18h, Auditório Teotônio Vilela

Plano Estadual de Educação da Sociedade Paulista e a luta por educação de qualidade

A qualidade da Educação oferecida às crianças e jovens no Estado de São Paulo não será modificada sem que os recursos destinados a ela sejam gradativamente ampliados, até que se dobre o atual investimento em cada estudante.

Nos países em que os sistemas educacionais funcionam adequadamente (sejam de alta renda ou não), os investimentos por estudante na Educação Básica estão entre 25% e 40% da renda *per capita*; a variação depende da etapa escolar considerada. Pelas características especiais da Educação Superior, que, para ser de qualidade, precisa aliar pesquisa e ensino, esse percentual alcança 90% da renda *per capita*.

Quando se faz a somatória desses recursos sobre toda população estudantil a ser atendida, chega-se a valores que variam em relação ao PIB do Estado ou país, a depender do tamanho relativo dessa população, mas costumam se situar entre 6% e 12%. A realidade paulista está distante daquilo que seria necessário: os investimentos públicos totais em educação no Estado, somando os da União, do próprio Estado e dos Municípios, correspondem a cerca de 3,7% do PIB estadual, menos da metade daquilo que seria preciso. Contudo, se o fi-

nanciamento adequado da Educação é uma condição necessária, ela não é suficiente; outros fatores, se não enfrentados, poderão arruinar o intento.

Educação não pode ser equiparada a treinamento, devendo envolver aspectos do desenvolvimento humano relativos a valores e atitudes sociais a serem consolidados. Educação é, pois, resultado de uma complexa interação humana entre professores e estudantes, numa base de confiança e estímulo, de preferência em harmonia com o referencial familiar. A real valorização do professor é, portanto, essencial para a ocorrência de uma boa Educação.

A promoção de Educação de qualidade passa pela formulação de políticas públicas consistentes com estes objetivos. No final de junho encerrou-se o prazo para que os estados elaborassem seus Planos Estaduais de Educação (PEE). Em São Paulo há três propostas em tramitação na Alesp, elaboradas por diferentes grupos: Executivo; Fórum Estadual de Educação (FEE-SP); e entidades da sociedade paulista, esta última com decisiva participação do Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais (GTPE) da Adusp.

Quando da saída da Adusp do FEE-SP (<http://goo.gl/GDUmf7>), decidiu-se atualizar o Plano Estadual de Educação em tramitação na Alesp desde 2003, apresentado por um conjunto grande de entidades da área educacional. Essa é a origem do PEE - Proposta da Sociedade Paulista (PL 1.035/15). Essa atualização, que contém diagnóstico, metas e as correspondentes estratégias, se encontra anexada à proposta do Executivo, sendo o Substitutivo 1, assim como está o Plano produzido pelo FEE, esse como Substitutivo 2.

Diretrizes. O PEE/2015 da Sociedade Paulista apresenta logo em sua Meta 1 a definição de diretrizes para a educação paulista:

Garantir a oferta, pelo Estado, pelos Municípios e pela União, de Educação pública, gratuita e laica, de qualidade socialmente referenciada, democrática no acesso e na permanência, considerando as necessidades, as possibilidades e as vocações das diferentes regiões e dos municípios paulistas, visando superar as desigualdades entre sistemas, redes e escolas, com ênfase no desenvolvimento das potencialidades de cada criança e jovem, na promoção da cidadania, no enfrentamento de todas as formas de

discriminação (social, étnico racial, de credo, de gênero e de sexualidade), visando, também, a formação dos profissionais necessários para promover o desenvolvimento social e o crescimento econômico do Estado e do Brasil.

Todas as demais metas estão subordinadas a essa primeira. Além do financiamento em proporção adequada (detalhado na Meta 9), a Meta 7 desdobra as necessidades para uma real valorização dos profissionais da Educação: formação em consonância com os requisitos da Meta 1, salário e condições de trabalho compatíveis com o papel social do educador. A Meta 8 lista uma série de passos em direção à gestão democrática da educação, a serem executados tanto nas unidades educacionais como nos sistemas como um todo.

Especial atenção foi dada à Educação Infantil: a Meta 2 demanda um acréscimo de recursos, propiciando um aumento considerável de vagas públicas em Creches e Pré-Escolas, com qualidade, importante nessa fase da criança, cujo desenvolvimento é fortemente atrelado aos estímulos que lhe são oferecidos. Já a Meta 6 propõe uma série de passos para que a Educação Superior possa desempenhar seu papel.

Conad destaca luta contra corte de verbas orçamentárias

O 60º Conad (Conselho das Associações Docentes) do Andes-Sindicato Nacional contou com 170 participantes — um terço dos quais delegadas e delegados, com direito a voto — e foi realizado de 13 a 16/8 no campus da Universidade Federal do Espírito Santo, organizado pela Adufes. A Adusp foi representada pela colega Lighia B. Horodyski-Matsushigue, docente aposentada do Instituto de Física.

O lema do 60º Conad foi “Atualização da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e da liberdade da organização sindical dos docentes para enfrentar a mercantilização da educação”.

O presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, destacou as greves ocorridas no primeiro semestre, inicialmente em várias universidades estaduais, com a greve vitoriosa das estaduais da Bahia, estando em curso ainda a greve da

estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Iniciada no final de maio, a greve das universidades federais tem como pauta a luta contra o corte de verbas, por uma carreira compatível com as tarefas acadêmicas e por um reajuste que, ao menos, recupere a inflação.

Os professores atenderam ao Comando Nacional de Greve das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e intensificaram as atividades de mobilização, entre outras, com a ação “Abre as contas reitor (a)!”, exigindo transparência das verbas repassadas, o que contribuiu para dar visibilidade à precarização, aprofundada pelos cortes orçamentários efetuados pelo governo.

As consequências da contratação de professores por meio de Organizações Sociais, aventada por algumas autoridades educacionais foram amplamente discutidas.

Os docentes aprovaram lutar contra qualquer tipo de flexibilização e precarização do trabalho e ampliar a sindicalização ao Andes-SN de colegas contratados como substitutos, tutores da EaD, horistas ou sob qualquer outra forma de precarização.

Foi ressaltada a necessidade de aprofundar outras problemáticas, tais como mudanças no Ensino Médio, supervisão e regulação da Educação Superior pelo INSAES (PL 4.372, que cria o “Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior”).

No segundo semestre, devem ocorrer os Encontros Regionais Preparatórios ao II Encontro Nacional de Educação (ENE).

Os delegados deliberaram ainda lutar para que os cursos de graduação contemplem em suas diretrizes curriculares disciplinas específicas que discutam as relações de gênero, com

a produção de materiais para subsidiar ações contra a discriminação etnicorracial, o preconceito de gênero e a orientação sexual.

O 60º Conad cumpriu seu papel de Conselho Fiscal, apreciando e aprovando a prestação de contas da diretoria do Andes-SN.

Proposta da Adusp. Uma proposta de resolução apresentada pela Adusp destacou a necessidade de maior discussão sobre o financiamento da Educação. Essa proposta defende o atrelamento desse financiamento a índices diferenciados do PIB estadual, tendo em vista as necessidades e possibilidades de cada ente federado, vindo porém a compor, no conjunto do país, os 10% do PIB nacional. Cada seção sindical deverá se debruçar sobre esse assunto, a fim de qualificar a discussão.

FUSP subcontrata empresas de docentes, revela *Estadão*, e Reitoria abre sindicância

Conselho Curador da fundação privada é presidido pelo reitor M.A. Zago — ele permanecerá nos dois cargos?

Reportagem publicada por *O Estado de S.Paulo* digital em 15/8 (“Fundação da USP paga empresas de docentes”, <http://bit.ly/1JkBRHD>) e no dia seguinte pela edição impressa do jornal revelou existência de conflito de interesses na Fundação Universidade de São Paulo (FUSP), entidade privada dita “de apoio” à universidade.

De acordo com a matéria, assinada pelo jornalista Paulo Saldanha, a FUSP “tem usado projetos firmados com órgãos públicos para contratar empresas de professores e pesquisadores”.

Em 20 dos 56 projetos que analisou, o *Estadão* identificou 44 contratos firmados com 12 empresas de professores. “Uma dessas empresas é ligada ao próprio diretor da FUSP”, diz a matéria, referindo-se ao professor José Roberto Cardoso, ex-diretor da Escola Politécnica (EP) e sucessor do professor Antonio Massola no comando da fundação.

A FUSP foi contratada pela Prefeitura de São José dos Campos por R\$ 12 milhões, para desenvolver um projeto de corredores de ônibus (BRT, ou *Bus Rapid Transit*). Mas, segundo a reportagem do *Estadão*, a FUSP subcontratou, por R\$ 546 mil, a empresa Eletromagnetics, que tem como proprietárias a filha e a esposa de Cardoso. Procurado pelo jornal, o diretor deixou o cargo na fundação antes mesmo de a matéria ser publicada (<http://bit.ly/1Nvk0E4>).

A reportagem explica que todos os contratos em questão foram firmados durante a gestão de Antonio Massola, que exerceu a direção executiva da FUSP por vinte e dois anos (de 1992 a 2014). Uma auditoria solicitada em 2006 pelo Ministério Público Estadual, sem relação com os episódios divulgados pelo jornal, concluiu que Massola se beneficiou, por anos, de um projeto fictício cuja finalidade era remunerar os três diretores da fundação (<http://bit.ly/1UTvfZ1>).

Comissão Sindicante. Em 17/8, a Reitoria da USP encaminhou à comunidade universitária comunicado no qual informa que, “tendo em vista seu compromisso com a ética e a transparência em todos os seus atos, decidiu constituir uma Comissão Sindicante para apurar os fatos mencionados na reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 16 de agosto”.

Ainda segundo o comunicado, o professor “José Roberto Cardoso solicitou afastamento da Diretoria Executiva da FUSP”, para “oferecer plena liberdade de apuração dos fatos”, ao passo que “o Conselho Curador da fundação foi convocado para uma reunião extraordinária, a ser realizada na próxima quarta-feira, dia 19 de agosto, para determinar as providências cabíveis no âmbito da FUSP”.

A Reitoria não esclareceu quem convocou a reunião do Conselho Curador da FUSP e se o reitor M.A. Zago participará dela. O contexto é delicado, uma vez que o reitor também está em situação de conflito de interesses, na condição de presidente do Conselho Curador.

Há anos, a Adusp vem denunciando o conflito de interesses fomentado pela atuação das fundações privadas ditas “de apoio”. Este conflito manifesta-se inclusive no preenchimento de cargos dos colegiados dessas entidades, na medida em que — por determinação dos estatutos das fundações privadas — reitor, pró-reitores, diretores de unidades e chefes de departamento ocupam cargos nos colegiados, em clara subordinação do interesse público aos interesses privados e em flagrante desrespeito à legislação que rege o vínculo dos servidores públicos ao Estado.

É o caso do Conselho Curador da FUSP, do qual atualmente fazem parte também os pró-reitores José Eduardo Krieger (Pesquisa) e Maria Arminda Arruda (Cultura e Extensão Universitária) e o superintendente de Relações Institucionais (e que exerceu por 18 meses o cargo de chefe de gabinete da Reitoria), José Roberto Drugowich de Felício. Drugowich, por sinal, assumirá interinamente a direção executiva da FUSP.

Em vez de julgar *habeas* impetrado em 27/7, desembargador ironiza abaixo-assinado em favor de jovem preso ilegalmente

No dia 18/8, vinte e um dias depois de impetrado pedido de *habeas-corpus* em favor do jovem Gabriel Scarcelli Barbosa (e quase dois meses após sua prisão ilegal), o desembargador Sérgio Ribas, do Tribunal de Justiça (TJ-SP), finalmente despachou no processo. Mas não para acatar ou negar o pedido — embora a lei determine que o faça em no máximo 48 horas. Ribas preferiu pedir informações à 16ª Vara Criminal, responsável pela ordem de prisão preventiva totalmente infundada que mantém Gabriel no Cadeião de Pinheiros desde 21/6.

O desembargador aproveitou o despacho para ironizar o abaixo-assinado em favor de Gabriel, com 238 signatários, que acompanhou o pedido de *habeas-corpus*. “Tangente ao abaixo-assinado cabe referir que é elevado o número de aderentes. Por elevado, caberia dizer do excesso, e, portanto, do exagero. Pertinente ao exagero, ur-

ge lembrar: ‘Enfraquece-se sempre tudo que se exagera’ (La Harpe). E ainda: ‘Um exagero é sempre a exageração de algo que não o é’ (Ortega y Gasset)”.

Totalmente deslocados frente ao drama de Gabriel, os comentários insensíveis de Ribas chocaram os amigos da família. “Quem poderia não ser militante diante de uma injustiça? Qual mãe e qual pai estariam tranquilos e pacientes esperando tanto tempo?”, questiona Luis Galeão, professor do Instituto de Psicologia (IPUSP). O abaixo-assinado conta atualmente com 500 assinaturas.

Trabalhador. O caso da perseguição de Gabriel pelo delegado Kleber Massayoshi Isshiki, da Polícia Federal (PF), foi narrado em detalhes no *Informativo Adusp* 403 (<http://goo.gl/JDmb7y>). Mas outros jovens amigos seus também foram alvo de investigações totalmente irregulares promovidas por Isshiki e dos pedidos de

prisão que encaminhou à Justiça Federal e, depois, à Justiça Estadual. O caso mais grave é o de Magno Nascimento, de 28 anos, preso no Cadeião do Belenzinho desde 9/4.

Maria Gildete da Silva Nascimento, mãe de Magno, explica que nos últimos quatro anos ele trabalhou na conhecida Pizzaria 1900 e que nunca se envolveu em problemas com a Polícia ou a Justiça. “Ele nunca fez nada de errado. Foi a primeira vez que precisou ir em delegacia. Sempre foi um menino trabalhador. O delegado jogou vários processos de roubo em cima dele. Mas todo mundo sabe que ele nunca roubou”.

Magno foi preso durante uma audiência de um dos processos em que figurava como acusado, à qual compareceu livremente, por estar convencido de que poderia provar sua inocência. “O juiz nem deixou ele falar, mandou levar embora”, relata Gilde-

te. A prisão, acrescenta, se deveu ao fato de que ele se recusou a fazer o reconhecimento de um primo, apontado pelo delegado da PF, vítima de um assalto à mão armada em 2013, como autor do crime.

“Manipulação”. A pedido das famílias, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) está investigando o caso. “Estamos tentando apurar eventual violação de direitos humanos. Ainda não terminamos a apuração porque estamos aguardando que outros jovens envolvidos prestem depoimento”, explicou Rildo Marques, presidente do Condepe, ao *Informativo Adusp*.

Procurada pelo *Informativo Adusp* para comentar o caso, a Polícia Federal não se manifestou até o fechamento desta edição.

Leia reportagem na íntegra em <http://bit.ly/1PDJXAo>

Reitoria “terceiriza” a segurança do campus para o governo estadual e a PM

O dia 8/9/2011 ficou marcado na história da Universidade de São Paulo pela assinatura do convênio entre USP e Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP) (vide <http://goo.gl/YtwzWB>).

De lá para cá, sucederam-se diversos casos de repressão com protagonismo da PM em situações de confronto político na universidade; a professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, nomeada no início da gestão M.A.Zago-V. Agopyan para exercer a Superintendência de Prevenção e Proteção (SPP) e que tentava implantar um modelo de policiamento comunitário, baseado na ampliação do contingente da GU e no diálogo com a comunidade, foi demitida pelo reitor em setembro de 2014; e, apesar da presença da PM, assaltos e furtos continuaram multiplicando-se na Cidade Universitária.

Agora, a Reitoria volta a anunciar outro modelo de policiamento comunitário, travestido de novidade: o “Sistema Koban”, japonês. A proposta começou a surgir em reunião no dia 9/4 entre o reitor, o presidente da Comissão de Direitos Humanos, José Gregori, e representantes da SSP, os quais decidiram constituir um grupo de trabalho para estudar o tipo de policiamento adequado. No dia 29/5 a SSP enviou à Reitoria o documento intitulado “Proposta de um projeto de Universidade Segura com aproveitamento do Sistema Koban”, que levava em conta o que

havia sido debatido em 9/4 e as considerações feitas por M.A.Zago sobre a segurança na Cidade Universitária (<http://bit.ly/1Lnkz0l>).

“**Confiança mútua**”. A julgar pelo documento, o Sistema Koban funda-se mais na prevenção do que na vigilância ostensiva, que continuaria a cargo de outros oficiais da PM, em trabalho conjunto com a GU. O texto explica que Koban, em japonês, significa “local de vigilância”; prevê um policiamento com “observância irrestrita aos princípios de direitos humanos” e garante que a PM “estará a serviço da comunidade”; e afirma que os policiais militares designados para trabalhar na USP “serão escolhidos criteriosamente, adotando-se como parâmetros o voluntariado, a resiliência emocional, aceitabilidade e compreensão do desafio e, preferencialmente, o fato de serem estudantes universitários”.

O mesmo documento aponta que o novo efetivo a ser instalado no campus central — de 80 a 120 policiais militares, entre soldados e oficiais — atuará, a partir de setembro de 2015, de maneira que “os policiais militares e a comunidade acadêmica se conheçam e familiarizem, angariando confiança mútua” e integrando-se à força de policiamento ostensivo já existente no campus. Atualmente, 22 policiais militares circulam pelo campus, onde também atuam 47 guardas universitários. Outro

componente do plano é a instalação de 638 câmeras.

Chama a atenção, ainda, que o projeto afirme que, devido às especificidades do campus, o convívio será pacífico e com atuação diferenciada e contínua por parte dos órgãos de segurança. Mas esses não deveriam ser os princípios que regem a atuação desses órgãos na sociedade como um todo?

A USP registrou aumento de 55% nos roubos e furtos em 2014 em relação a 2012, o que prova que o convênio de 2011, além de politicamente desastroso, foi ineficaz (<http://goo.gl/z9UzNI>). Soma-se a isso a progressiva redução do efetivo da GU experimentada nos últimos anos.

A Reitoria promete que o novo projeto de policiamento será amplamente discutido com a comunidade universitária, e promete convocar audiências públicas com as entidades representativas dos docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes para debater o assunto (<http://goo.gl/1rcc5Z>). No entanto, a implantação do novo modelo já está em curso. Na prática, a USP parece haver transferido totalmente para a PM a responsabilidade pela segurança do campus.

Retirada da PM. Em nota pública conjunta (<http://bit.ly/1Ka5rVw>), Adusp, Sintusp e DCE criticam o modo como a USP vem conduzindo a questão. No texto, as entidades enfatizam que “a redução do número de guardas universitários e o aumento

da presença da PM nos campi desde 2011 coincide com o aumento dos casos de violência na USP, o que demonstra a ineficácia desta forma de tratar a segurança”, havendo, ao mesmo tempo, “aumento do número de casos de repressão aos movimentos de trabalhadores e estudantes realizada por este mesmo contingente, presente nas bases comunitárias do campus”.

As entidades lembram que a ONU “aponta a PM paulista como uma das mais violentas e que mais matam no mundo” e que no primeiro semestre de 2015 “o número de mortos por policiais bateu recorde” no Estado. Assim, elas exigem a retirada da PM do campus, propondo tanto o fortalecimento da GU, por intermédio do aumento de contingente “por concurso público de agentes de segurança preventiva e desarmada, de ambos os gêneros, e que sejam treinados para tratar de questões de direitos humanos, com especial atenção à violência racial e de gênero”, como a constituição de um conselho deliberativo de segurança formado por docentes, funcionários e estudantes, “eleitos para traçar políticas de segurança dos campi da USP”.

O *Informativo Adusp* entrou em contato com a Reitoria, pedindo explicações sobre a redução registrada no efetivo da GU e indagando qual instância decidirá se o novo projeto será aplicado ou não na USP. Até o fechamento desta edição, contudo, não obtivemos resposta.

Professora Daisy recorre ao MPE contra preterição em concurso

O promotor Marcelo Camargo Milani, da Promotoria de Justiça do Ministério Público Estadual (MPE), vai conduzir o inquérito civil 14.0695.0000409/2015, aberto em decorrência de representação contra a USP apresentada pela professora Daisy Gogliano, da Faculdade de Direito (FD-USP). Ela foi preterida em concurso de Professor Titular de Direito Civil realizado em maio de 2014, no qual foi proclamado vencedor o professor Nestor Duarte, desembargador do Tribunal de Justiça (TJ-SP), sendo o resultado homologado em menos de 24 horas. O caso foi rela-

tado pelo *Informativo Adusp* 397. <http://goo.gl/EnKtOU>

A representação da docente baseou-se na lei de improbidade administrativa, “notadamente em face do extravio de provas, cuja perquirição se impõe”. As aulas dos candidatos ministradas como provas do concurso foram gravadas em notebook da faculdade. Porém, depois que a professora Daisy exigiu acesso à gravação, por meio de ação cautelar, a direção da FD informou que houve um problema técnico na gravação; e, posteriormente, a Procuradoria Geral da USP noticiou o furto do notebook, supostamente

ocorrido em 17/9/14, meses depois de a docente apresentar seu recurso administrativo.

Interposto pela professora logo após o concurso, o recurso administrativo foi rejeitado pela Congregação da FD e, finalmente, pelo Conselho Universitário, que o julgou em 23/6/15 sem sequer ouvir a interessada. “Tive cerceado o direito da ampla defesa e do contraditório, uma vez que nos autos pedi para fazer sustentação oral. E, como advogada em causa própria, o exercício da profissão me foi impedido, violando garantia constitucional inarredável”, protesta Daisy.

Adusp participa de seminário sobre direitos

Nos dias 24 e 25/8, o Núcleo dos Direitos da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCEU) promoverá o Seminário “Universidade Responsável: Educação dos Direitos e a Construção da Cidadania”, para “aprofundar a discussão sobre o papel da educação e da universidade na construção da cidadania”, no auditório da FMVZ.

O presidente da Adusp, professor César Minto, é um dos debatedores da primeira mesa, denominada “O Ensino na USP e os Direitos Humanos: a Transversalidade da Diversidade e dos Direitos nos Programas de Ensino”, com início às 9h30 de 24/8.